



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

Artigo:

O QUE OS OLHOS NÃO VÊM: SOBRE OS MITOS E ESTIGMAS OCULTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS¹

Autora:

Alexandra Ferronato Beatrici ¹

¹ Graduada em Pedagogia/URI, Especialista em Psicopedagogia/UNOCHAPECÓ, Mestranda em Educação/UPF, Professora no Colégio São José, Erechim/RS. **Endereço:** Rua São José 518, Erechim/RS cep: 99700-000. alebeatrici@gmail.com

O QUE OS OLHOS NÃO VÊEM: SOBRE OS MITOS E ESTIGMAS OCULTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS²

Resumo: Na alfabetização de adultos, diversos são os mitos e estigmas que cercam os sujeitos analfabetos. Que mitos são esses? Que estigmas os analfabetos adultos carregam consigo? Essa marca (estigma) torna os envolvidos diferentes dos demais membros da sociedade? O artigo pretende proporcionar a reflexão sobre o estigma na alfabetização de adultos, pois esse estabelece uma relação impessoal, preconceituosa e excludente, entre os sujeitos analfabetos e a sociedade. O analfabetismo caracteriza-se como um problema complexo, e reúne qualidades negativas e índices numéricos assustadores, é antidemocrático, devido a sua incidência sobre a população pobre, é elitista, pois mantém afastados da escola os que mais precisam dela, é cruel e humilhante, pois estigmatiza o analfabeto como incapaz de atingir os padrões mínimos de desempenho propostos pelo mundo moderno, tecnológico e urbano no qual vivemos. Os adultos analfabetos são marcados com determinações que sinalizam uma diferença de identidade social, essa marca reforça o sentimento de inferioridade, exclusão e marginalidade, gerando um processo de culpabilidade, como se os analfabetos fossem, além de vítimas, agentes responsáveis diretos pelas próprias carências. Esse estigma produz um amplo descrédito na vida do analfabeto diante da sociedade ou dos “outros” tidos como normais. Estar em classes de alfabetização é uma das possibilidades do analfabeto superar essas marcas, e deixar o estigma que carrega no passado, nas lembranças. A alfabetização nesse sentido irá além dela mesma, pois o contato com a escola modifica a imagem e as narrativas que os adultos analfabetos têm de si mesmos, implicando numa nova apropriação do mundo.

Palavras-chave: Alfabetização de Adultos – Estigmas – Mitos.

Abstract: In the alphabetization of adults, several are the myths and stigmas that surround the illiterate people. What myths are these? What stigmas the illiterate adults convey? This stigma turns the involved people different from the other members of the society? This article offers a reflexion about the stigma in the alphabetization of adults, since this establishes an interpersonal, prejudiced and excluding relation between the illiterate people and the society. The illiteracy itself characterizes as a complex problem and assembles negative qualities and alarming numeric index, it is antidemocratic due to its incidence over the poor population, it is elitist because repels from school who needs it more, it is cruel and humiliating because stigmatizes the illiterate person as unable to get the minimum standards of performance proposed by the modern, technological and urban world we live. The illiterate adults are marked with determinations that signalize a difference at the social identity, this stigma reinforces the feeling of inferiority, exclusion and marginality, generating a process of guilt, like if the illiterate people were, besides victims, direct responsible agents by its needs. This stigma produces a wide discredit in the life of this illiterate person in front of the society or the others considered as normal people. Being in alphabetization classes is one of the possibilities to the illiterate person overcome his stigmas leaving them behind only in the memories. This way, the alphabetization will go over itself, because the contact with the school learnings modifies the image and the reports illiterate people have about themselves, implying in a new appropriation of the world.

Key words: Alphabetization of adults – Stigmas - Myths.

INTRODUÇÃO

As políticas para a educação de adultos existentes até então no Brasil não refletem a busca de uma formação integral dos sujeitos, capacitando-os para o exercício pleno de cidadania, pois não há uma política educacional que dê continuidade à escolarização dos analfabetos. Ao contrário, os programas existentes parecem buscar somente a queda nas estatísticas de analfabetos no país, atendendo assim aos interesses postos pela globalização da

economia e dos seus financiadores. O analfabetismo não pode ser visto como um problema em si, mas como expressão concreta de uma situação que é marcada por uma distribuição injusta de bens, inclusive culturais.

No analfabetismo, diversos são os estigmas (rótulos, marcas) que cercam os sujeitos analfabetos. Essa marca torna os envolvidos diferentes dos demais membros da sociedade, pois o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro. O sujeito não surge como uma individualidade empírica, mas como representação circunstancial de certas características típicas, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio e uma diferença de identidade social. Assim, o estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real.

Para os estigmatizados, a sociedade reduz suas oportunidades, seus esforços e seus movimentos, pois não atribui valor a eles o que lhes impõe a perda da identidade social e lhes determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém a ela. A sociedade anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o poder, negando todos os sujeitos que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora de um parâmetro tomado como padrão. Os sujeitos estigmatizados ficam à margem da sociedade e passam a dar a resposta que esta determina. Esta sociedade tenta conservar a imagem deteriorada dos estigmatizados, com um esforço constante para manter a eficácia do simbólico, ocultando o que interessa a manutenção do sistema de controle social.

A identidade social dos analfabetos, agora estigmatizada, destrói atributos e qualidades dos sujeitos, exercendo o poder de controle de suas ações, reforçando a deterioração da mesma identidade social, enfatizando os desvios, negando o caráter ideológico dos estigmas. A sociedade impõe aos outros a rejeição, o que leva os envolvidos à perda da confiança em si, reforçando o caráter simbólico da representação social, segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia da comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do "irrecuperável", no intuito de manter a eficácia do simbólico.

Essas narrativas (forma de discurso carregada de significado) que perpassam a alfabetização de adultos invocam uma intencionalidade, um significado estigmatizado do sujeito analfabeto, sendo esse preconceituoso e excludente.

OS MITOS DO ANALFABETISMO NA SOCIEDADE

O analfabetismo deve ser entendido como a condição dos analfabetos esta não é apenas a capacidade de não dispor do conhecimento da leitura e escrita. O analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é também aquele que a sociedade marginaliza, por não ter acesso aos bens culturais das sociedades letradas. Esse analfabeto faz parte da corrente do analfabetismo, assumindo a condição de quem não responde adequadamente às intensas demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita.

Nessa perspectiva, o analfabetismo caracteriza-se como um problema complexo, que reúne qualidades negativas e índices numéricos assustadores. O analfabetismo também é antidemocrático, devido a sua maior incidência sobre a população pobre; é elitista, pois mantém afastado da escola os que mais precisam dela; e é cruel e humilhante, já que estigmatiza o analfabeto como incapaz de atingir os padrões mínimos de desempenho propostos pelo mundo moderno, tecnológico e urbano no qual vivemos.

Os efeitos do analfabetismo reforçam o sentimento de inferioridade, exclusão e marginalidade, gerando um processo de culpabilidade nos analfabetos, como se eles fossem, além de vítimas, agentes e responsáveis diretos pelas próprias carências. O preconceito e a discriminação se evidenciam em todo o sistema de representação e valores construídos a respeito dos sujeitos analfabetos. Pois, à medida que interagem na sociedade, se desencadeiam ações de discriminação pautadas por julgamentos valorativos que hierarquizam as pessoas. Esses preconceitos podem se manifestar em todas as esferas da vida, tanto no espaço da intimidade, como no espaço público e provocam a transformação da diferença em desigualdade.

Então, nessa sociedade excludente e grafocêntrica, deixa-se de lado as culturas que estejam associadas à oralidade, e valoriza-se em supremacia a escrita. Essa situação dá espaço à crença em mitos sobre os sujeitos analfabetos e suas características. Esses mitos, ao invés de incentivarem o analfabeto na busca de sua condição de letrado³, fazem o contrário, multiplicam o fosso entre escolarizados e não-escolarizados. Alguns desses mitos são:

Cegueira Social

A imagem do analfabeto tem sido associada a “doenças”, “males”, impedimentos sociais, cegueira, prescrição e, até mesmo, loucura. Isso porque, no imaginário social da nossa

civilização, a inteligência está diretamente ligada à escolarização. O não saber significa o vazio, a ausência de luz, o nada, as trevas.

O analfabeto é visto como uma mazela à sociedade, como um não-sujeito, no ditado popular “um zero à esquerda”. Essa mesma ideologia é a que vimos na campanha do Governo Federal em um programa de alfabetização, em 1999, que pedia a ajuda de todos para sanar a miséria social provocada pelo analfabetismo. O argumento usado foi: “*Adote um analfabeto por R\$ 17,00 em seu cartão de crédito*”.

Analisando esse discurso, percebe-se que o verbo *adotar* é veiculador de uma ideologia comum nos programas de alfabetização de jovens e adultos, e da sociedade de um modo geral, que é a idéia do analfabeto como alguém indefeso, incapaz, infantil, tanto assim que precisa de “tutores” para prosseguir em sua caminhada na vida e ser “alguém”. Imaginemos essas pessoas com mais de 40 anos de idade, a maioria delas contribuindo ativamente com sua mão-de-obra em subempregos, ao longo de mais de 20 anos. No entanto, precisam ser “adotadas”.

A linguagem e o poder

Outro mito bastante frequente é a idéia da autonomia do ato social aliada à transparência e à universalidade da linguagem que é a sua mediadora de sentido. Isso está diretamente relacionado à noção de cidadania e é promulgado institucionalmente pelo direito, ou seja, o sujeito de direitos. Em termos jurídicos, isso é que constitui o sujeito como único, senhor de si e da linguagem, responsável pelos próprios atos. Esse mito surge por causa da presença de vereadores semi-analfabetos no cenário político. As críticas contra eles são remetidas à sua incapacidade e são julgados pela crença de que, como semi-analfabetos não estão preparados para falar/agir/raciocinar adequadamente ou de forma válida como atores sociais que representam o povo e falam em nome dele. Tanto os grupos letrados como os iletrados criticam seus comportamentos porque eles não dominam uma prática discursiva de linguagem, a que é prestigiada pela sociedade letrada.

Mas, Freire alerta para um noção mais ampla de alfabetismo, contrariando essa crença:

(...) a alfabetização não pode ser encarada simplesmente como o desenvolvimento de habilidades que vise à aquisição da língua padrão dominante. Esse modo de ver sustenta uma idéia de ideologia que, sistematicamente, antes rejeita o que torna significativas as experiências culturais dos grupos lingüísticos subalternos que são de modo geral, o objeto de suas políticas. (...) Daí ser ela um fenômeno eminentemente político e deve ser analisada dentro de um contexto de uma teoria de relações de poder e de uma compreensão da reprodução e da produção social e cultural (2000, p.90).

Cabe ressaltar então que a transparência e a universalidade da linguagem, na tradição letrada e escolarizada é um mito que está relacionado à intelectualidade ou à racionalização da linguagem padrão, ilustrada pelo discurso científico ocidental, com suas formas textuais de raciocínio, historicamente vinculadas ao conceito moderno de progresso.

Preconceito Linguístico

A norma padrão conservadora, tradicional, literária e clássica, considerada como um instrumento de ascensão social, gera outro mito. Achar que basta ensinar a norma culta para que os analfabetos tenham ascensão social é um equívoco, primeiro porque é preciso garantir o reconhecimento da variação linguística. Segundo, porque é necessário também garantir a eles o acesso à educação em seu sentido amplo (escola, livros, tecnologia), aos bens culturais, à saúde, à habitação, ao transporte de boa qualidade, ou seja, à vida digna. Bagno, nesse sentido, defende que:

Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática, memorização (1999, p.124).

A análise de toda língua do ponto de vista restrito à escrita, impede o reconhecimento da verdadeira realidade linguística. É o que Brito reforça:

“É sabido que o preconceito linguístico resulta do preconceito social e das formas políticas e econômicas de exclusão, e não será eliminado por uma política linguística corretiva...a eficiência da gramática do certo e errado não está em manter a unidade linguística nacional nem em contribuir para o uso eficiente das formas linguísticas, mas sim em criar um padrão que corrobora uma idéia de cultura que sustenta e reproduz privilégios sociais” (2003, p 24-25).

A questão de gênero

Ser analfabeto é estar num grupo de excluídos e ser analfabeta é aumentar os fatores sociais que marginalizam esses grupos de cidadãos. É mais um dos mitos disseminados na sociedade pois a mulher já traz a marca histórica de não precisar estudar; já que precisa cozinhar, costurar, cuidar da família, ser dona de casa. Tomar parte de seu tempo para

frequentar escola é inútil, prejudicial em meio a tantos afazeres domésticos a serem cumpridos ou aprendidos com sua mãe ou irmãs.

Considerando a condição de submissão a que estão expostas as mulheres em nossa sociedade, é difícil vê-las se “apropriando” da escrita ou mesmo de uma identidade “própria”. Isso é muito complicado, já que é um grupo social que se perde no anonimato de trabalhadoras domésticas remuneradas ou não, balconistas, vendedoras ambulantes ou quaisquer outras profissões de menor prestígio social.

Para garantir o direito à alfabetização é complicado, já que , como diz SOARES;

Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e a escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita "própria", ou seja, é assumi-la como sua 'propriedade' (1998, p. 39).

Ser mulher, ser analfabeta, ser moradora de região de desprestígio social, muitas vezes faz com que essas mulheres analfabetas busquem uma condição social diferente, diminuindo as diferenças que as marcam. Fazem isso em programas de alfabetização de adultos, no trabalho fora de casa, na participação ativa da vida religiosa. Enfim, buscam espaços onde possam ser sujeitos e não sujeitadas.

DOS MITOS AOS ESTIGMAS: AS NARRATIVAS DOS ANALFABETOS

O estigma representa algo que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, o resultado de uma identidade deteriorada por uma ação social. Para Goffman (1980), a sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria, estabelecendo também as categorias as quais as pessoas devem pertencer, bem como suas características. O que significa que a sociedade determina um padrão externo ao sujeito. Isso permite prever a identidade social a que pertence e as relações que irão estabelecer com o meio. Cria-se assim um modelo social do sujeito. Se esse sujeito for alguém que demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes, torna-se pouco aceito pelo grupo, pois a sociedade não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa. Assim, ela deixa de ser vista como uma pessoa em sua totalidade, em sua capacidade de ação e transforma-se, aos critérios da sociedade, em “um ser” desprovido

de potencialidades. Esse sujeito fica estigmatizado socialmente e anulado no contexto da produção técnica, científica e humana.

Logicamente, o estigma do analfabetismo só tem vigência em sociedades letradas. No entanto, a desvantagem representada pelo *status* de analfabeto não surge historicamente com o advento dessas sociedades, mas sim como consequência da expansão de um tipo de racionalidade inerente ao desenvolvimento capitalista. Nesse caso, ao tornar cada vez mais complexa a divisão social do trabalho, o capitalismo tende também a ampliar e generalizar a comunicação baseada no código escrito. Portanto, à medida que aumenta a valorização e o uso desse tipo de racionalidade econômica e social, o sujeito analfabeto passa a assumir cada vez mais um papel estigmatizado.

Não existe uma maneira única e exclusiva de conceituar os estados de analfabeto⁴ e de alfabetizado em nossa sociedade. Mas, simplificando, podemos dizer que alfabetizado é aquele que está capacitado para interagir no processo específico de comunicação que se baseia na leitura e na escrita. Então, tecnicamente, o conceito de analfabetismo se opõe a essa conceituação. No entanto, a visão social do que é ser analfabeto não se esgota nessa simples descrição e sua apreensão depende de diversos contextos e de várias categorias e predicados que são articulados pelas diferentes classes, camadas ou grupos sociais. A possibilidade de estigmatização do analfabetismo surge de uma discrepância específica entre identidade social virtual e identidade social real, sendo percebida enquanto categoria e atributo negativo.

As muitas vivências estigmatizadas do analfabeto evidenciam uma organização social que qualifica diretamente o analfabeto e sua situação, consequência dessa qualificação. Fazendo isso acabam demarcando sua identidade social a um plano particular que expõe a vivência específica do estigma. Isso se dá a partir dos termos e expressões utilizados na sociedade quando se referem à interação entre os analfabetos e os "outros", como também aqueles que revelam os sentimentos com relação a essa vivência. Goffman (1980) define dois eixos de classificação: a identidade pessoal e a identidade experimentada. No que concerne à interação entre estigmatizados e "normais", os sujeitos analfabetos expõem as respostas que recebem da sociedade em relação à discrepância revelada por sua identidade pessoal; e no que se refere à descrição de seus sentimentos, eles estão revelando os modelos de identidade por eles internalizados, ou seja, a identidade experimentada.

A partir desses eixos de classificação surgem expressões presentes nas narrativas sociais como, por exemplo, os termos: "cego", "não sabe nada", que são os mais frequentes, ou "não sabem ler" e "assinam o nome". É interessante observar que a cegueira - uma deficiência física - é também um estigma. No caso da frase "não sabe nada", tanto é usada

para indicar a incapacidade de "assinar o nome" e, secundariamente, o desconhecimento da leitura, como pode abranger aspectos mais amplos da vivência do sujeito como: "não tem noção/visão da vida".

Já o predicado "cego" equivale aos sentidos mais variados e aparece em inúmeras frases que elucidam a comparação entre o analfabetismo e a cegueira; por exemplo: "não enxerga nada", "não sabe aonde pisar", "não sabe andar/mexer", "perde mesmo o sentido". Essa comparação indica a condição de dependência dos analfabetos. Os termos utilizados para defini-los são homogêneos e recorrentes, indicando uma elevada frequência de características negativas semelhantes para categorizar esse tipo de pessoa. Tal condição é reafirmada, de modo categórico, quando os analfabetos são percebidos como incapazes para ações autônomas, apenas capazes de imitações "anda por ver o outro andar", "come por ver o outro comer".

Os analfabetos, de acordo com essas narrativas, tornam-se pessoas que não têm possibilidade de melhorar sua condição de vida e por isso são sujeitos que têm uma situação "muito ruim", "perdida" e "sem saída mesmo". Tais apreciações, além de obviamente interferirem sobre a realidade, revelam que tal categorização pertence mais às diferenças baseadas na estrutura de classes. O termo "vergonha" é um dos mais frequentes e é usado tanto para falar da situação vivida pelos analfabetos quanto do seu sentimento diante dessa situação. Em relação a essas expressões típicas do estigma que cerca os analfabetos, Ferreiro ressalta que:

Fala-se da "luta contra o analfabetismo" e caracterizam-se, às vezes, as campanhas como "batalhas contra o analfabetismo" (...). A maior parte dos documentos e declarações de governos e órgãos internacionais emprega reiteradamente, ao referir-se ao analfabetismo, expressões tais como praga, cicatriz, flagelo, enfermidade, vergonha nacional, assim como o termo erradicação, tomando-o também, analogicamente, da terminologia médica-patológica (FERREIRO, 1992, p.56).

Essas falas, carregadas de significados, expressam a interação entre os analfabetos e os alfabetizados, e torna ainda mais evidente a estigmatização que sofrem pela sociedade, como também a ambivalência de identidade que decorre dessa vivência, pois, se por um lado a pessoa analfabeta é percebida pelos sujeitos alfabetizados de modo tão depreciativo, por outro, eles revelam e avaliam como é degradante essa vivência.

Essa imagem de "um ser" em situação degradante gera a negação do próprio analfabeto do seu estado intelectual, pois dependendo do modo como o sujeito procura se

auto-classificar e dos critérios que utiliza para distinguir analfabetos e não-analfabetos, tentará ou não se distanciar da primeira condição. Em outras palavras, identificar-se-á, explicitamente ou não, no contexto discursivo, com a vivência degradante que relata sobre a interação que os "outros" mantêm com ele. Por exemplo: devido à carga muito depreciativa que o termo analfabeto sugere, um sujeito em processo de alfabetização se sente, em alguns casos, impossibilitado emocionalmente de admitir essa condição. No entanto, esse mesmo sujeito define como não-analfabeto aquele que "sabe ler e/ou escrever".

Outra negação do "estado" de analfabeto gira em torno daquele que "sabe assinar o nome". Como alguns analfabetos são capazes de desenhar sua assinatura, eles se auto-classificam como não-analfabetos. Nesse caso, embora tecnicamente eles sejam de fato analfabetos, se distanciam dessa condição, porque seu critério básico de distinção é a capacidade de assinar o próprio nome. Por isso, a "assinatura" é uma aptidão muito valorizada entre os analfabetos. A busca dessa capacidade é o motivo principal que os atrai para a alfabetização, pois a maioria deles tem essa habilidade que aprenderam durante sua breve passagem pela escola, na infância ou na adolescência. Ao valorizarem tanto sua assinatura estão também considerando a razão primeira que levaria um adulto a "estudar", e a "Assinar o nome", pois isso constitui a possibilidade de encobrir o reconhecimento público da condição de analfabeto, isto é, evita "botar o dedão". O fato de assinar o nome já foi analisado por Kleiman, que afirma:

Aprender a assinar fluentemente responde a necessidade, ou desejo, de ser identificado como alfabetizado. O ato de assinar reproduz o fato histórico desse ato que foi instituído legalmente na Renascença. O valor simbólico da assinatura redimensionou também os processos de reafirmação da identidade, uma vez que outra função do ato de assinar fora a de marcar a filiação do indivíduo a um grupo de família que, assim, passava a conferir-lhe uma identidade e um patrimônio por meio da instituição do sobrenome! (2000, p.232).

A impressão digital, conforme comenta Goffman, é um recurso de identificação das grandes organizações modernas (de massa) e de caráter impessoal. Não obstante, em uma sociedade letrada, com um contingente expressivo de analfabetos – que, sobretudo, se identificam burocraticamente por meio desse recurso – seu uso denuncia sua condição estigmatizada; já que se constitui em um signo que revela uma desvantagem, deficiência ou carência de quem a utiliza. Desse modo, a impressão digital passa a ser percebida como um "símbolo de estigma"; enquanto a "assinatura do nome" representa uma "marca ou apoio positivo de identidade". Nesse caso, a habilidade de assinar (desenhar) o nome se transforma

em um recurso "desidentificador", possibilitando manipular e controlar, mesmo que precária e provisoriamente, a informação sobre a identidade social e pessoal de analfabeto dos sujeitos não escolarizados.

Para a sociedade, ser analfabeto também supõe uma carência anterior, abrangente e determinante - a pobreza – e esta dota também o sujeito do conteúdo de sua desqualificação. Assim, percebe-se que também os analfabetos sejam esteriotipados por uma estigmatização da pobreza. O processo social desse estigma concerne em uma série de racionalizações que permitem ordenar outras diferenças, tais como as de classe social, tanto do ponto de vista do estigmatizado, à medida que ele incorpora os modelos de identidade predominantes, quanto dos não-estigmatizados.

CONCLUSÃO

Os sujeitos analfabetos adultos defrontam-se com sérios obstáculos impostos pela sociedade e o de conseqüência mais grave é a exclusão. Na concepção de PAULO FREIRE (1994), a função da escrita extrapola os limites das atividades de práxis. O domínio da escrita significa ter acesso a outros mundos: os públicos, as instituições, a mídia, a burocracia, a tecnologia, espaços esses que dão acesso ao poder.

O ato de conhecer envolve fundamentalmente o fato de tornar presente o mundo no nível da consciência e conceber o ato pedagógico como um ato dialógico. Compreender a importância da alfabetização no contexto sócio-cultural, identificando a função social da escrita e da leitura, numa perspectiva histórico-crítica é fundamental tanto para o professor alfabetizador como para o alfabetizando, porque nem sempre saber ler e escrever garante aos analfabetos autonomia e participação civil. Torna-se necessário promover o encontro entre o processo educativo e a realidade social dos analfabetos, pois à medida que se incentiva a reflexão crítica do mundo atual e se aproveita o potencial lingüístico prévio desses educandos na aprendizagem, especialmente nas salas de alfabetização de adultos, está se proporcionando a quebra de um pré-conceito, de um estigma, criado pela própria sociedade frente um sujeito tido como diferente.

O real significado do processo de alfabetização é tê-lo como uma ferramenta de libertação, fazendo com que os sujeitos analfabetos, estigmatizados e excluídos da e na sociedade apropriem-se, conheçam e interajam com a realidade criticamente, defendendo-se dos preconceitos e estigmas que os cercam. A alfabetização, nesse sentido, irá além dela mesma. O contato com a escola modifica a imagem que os analfabetos têm de si mesmos e

assim, permite a superação de limites, implicando numa nova apropriação do mundo. Destaca-se nesse sentido, o autor MARCOS BAGNO, pois ele já afirmava que se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazer, de modo absoluto, fonte de preconceito.

A sociedade limita e delimita a capacidade de ação dos sujeitos estigmatizados, marcando-os como desacreditados e determina os efeitos maléficos que podem representar. Quanto mais visível for a marca, menos possibilidades têm os sujeitos de reverterem, nas suas inter-relações, a imagem formada anteriormente pelo padrão social.

Pois, se por um lado estar num processo de alfabetização de adultos é um momento de reforço da vivência do estigma de analfabeto, por outro, é através do aprofundamento dessa vivência que é possível superá-la. Assim, adquirir uma experiência que comprova e certifica a passagem da condição de estigmatizado para a de alguém que carrega o estigma em seu passado, em sua biografia, é incentivar que, se quiser, poderá deixá-lo apenas fundo e sua memória, como qualquer outra de lembranças. A escola, como instituição, e os professores, como formadores de opiniões, têm importante função, pois abrem espaço para a reflexão e o posicionamento diante dos fatos estudados, contribuindo assim, para a desmistificação de preconceitos, possibilitando as transformações sociais e “quebrando” esses mitos prejudiciais na busca de cidadania e de igualdade de direitos.

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BRITTO, L.P.L. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. Cortez: São Paulo, 1992

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. Coleção Questões da Nossa Época. 29.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história II**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

KLEIMAN, Ângela. SIGNORINI, Inês. **O ensino e a formação do professor**. Alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

NOTAS

¹ Artigo apresentado no VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL – de 22 a 25 de Junho de 2008 em Itajaí/SC.

² Artigo apresentado no VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL – de 22 a 25 de Junho de 2008 em Itajaí/SC.

³ Uma pessoa é fundamentalmente letrada quando pode participar de todas as atividades as quais o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e também para seu desenvolvimento e o da sua comunidade.

⁴ A sociedade também gera outros tipos de analfabetos: os trabalhadores que não conhecem seus direitos e não sabem distinguir o que é seu de direito e o que é um favor; os analfabetos pós-modernos, que não conseguem usar os programas tecnológicos atuais (cartão de crédito, escada rolante, informática, contratos diversos); os analfabetos televisivos, que não compreendem e/ou interpretam a leitura de um jornal ou livro, só recebem informações visuais, sem capacidade crítica, os analfabetos políticos.